

# O Ensino Da Propriedade Intelectual No Campo Do Direito Autoral Relacionado Com A Educação Básica

Luma de Oliveira Silva<sup>1</sup>, Alecsandra Oliveira de Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Brasil.

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Brasil.

## Resumo:

**Fundamento:** A sociedade vem passando por mudanças nas quais são fundamentais para os humanos, assim o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), são essenciais, pois, por meio dela se torna possível as pessoas terem o modo de pensar, agir e refletir diferente do já existente. Toda essa mudança gerada pela TIC, pode estar ocasionando o surgimento de paradigmas na sociedade.

**Materiais e Métodos:** Essa investigação é de revisão bibliográfica com abordagem quantitativa, tendo como característica de estudo descritivo. Segundo Gil (2017), o estudo de revisão bibliográfica tem como propósito ajudar o investigador em uma busca preliminar sobre seu tema, partindo para uma busca avançada com palavras-chave específicas.

**Resultados:** É possível fazer alguns questionamentos sobre o Google Acadêmico, pois ele possui mais pesquisas do que as demais plataformas. A primeira resposta possível pode estar relacionada com o fato do Google Acadêmico funcionar como base de busca que faz a pesquisa em todos os sites, livros, revistas e entre outros, assim possuindo um número maior de trabalhos se comparado com as duas demais bases de busca utilizadas.

**Conclusão:** Com o resultado desses dados, foi realizado posteriormente duas investigações, a primeira a respeito das metodologias utilizada pelos autores para atingir seu objetivo de investigação e análise dos materiais coletado com a fundamentação teórica de autores que relacionei o campo do direito autoral a educação.

**Palavras-chave:** Propriedade Intelectual; Direitos autorais; Educação.

Date of Submission: 17-04-2023

Date of Acceptance: 30-04-2023

## I. Introdução

A sociedade vem passando por mudanças nas quais são fundamentais para os humanos, assim o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), são essenciais, pois, por meio dela se torna possível as pessoas terem o modo de pensar, agir e refletir diferente do já proposto. Toda essa mudança gerada pela TIC, pode estar ocasionando o surgimento de paradigmas na sociedade (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Em todos os campos de trabalhos surgem ideias, métodos, planejamentos e técnicas, possíveis para aprimoração de algumas atividades desenvolvidas como: máquinas, serviços, atendimento, cursos e entre outros, toda essa mudança agrega benefício para todos na sociedade, pois, por meio dela é possível o homem otimizar uma determinada atividade, gerando assim a promoção de avanços e inovações, que não se limita a ciência, mais se estende ao setor industrial (DUARTE; PEREIRA, 2009).

As inovações tecnológicas não se limitam ao campo do marketing, mas percorrem pelos setores de processos de produtos, organizações e entre outros, objetivando métodos e técnicas que oportunizem o oferecimento de serviços para os campos industriais e empresariais (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

É fundamental que essas mudanças pretendidas façam ampliações sobre o modo de pensar e agir, a respeito da inovação tecnológica, oportunizando a ampliação de conhecimentos, ações, parcerias e estratégias, que divulguem os benefícios do campo da inovação. Cabe ressaltar que esses avanços têm relações com a Propriedade Intelectual (PI), a PI trata-se sobre conjuntos de procedimentos de normais que visa realizar a proteção e o reconhecimento legal de criação e inovação (AFONSO, 2009).

Segundo a coleção do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), na série Conceitos e Aplicações de PI, volume 1, cita que:

O fato de o Brasil ter sido pioneiro no estabelecimento de marco legal para PI, mas não fazer uso do sistema adequadamente, aponta para duas situações: o tratamento isolado dado à matéria, desarticulado do contexto de esforços de desenvolvimento industrial e tecnológico; e, a ausência de cultura no uso dos sistemas de proteção intelectual derivado da falta de disciplinas nos diversos cursos de graduação e de pós-graduação que tratem desse tema e correlatos.

Nesse contexto, é possível entender que o Brasil está entre os primeiros países que possuem atividades relacionadas com PI, isto significa, que o mesmo já possui familiaridade sobre o desenvolvimento das indústrias e os avanços tecnológicos fundamentais para a sociedade. Entretanto, a ausência de propagação de conhecimentos e aprendizagem sobre a PI, continua sendo presente entre as pessoas, que frequentemente desenvolvem atividades no seu cotidiano que envolvem a PI, porém não possui o conhecimento científico (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Nesse sentido, chega-se ao problema central desta investigação: de que modo o direito autoral pode estar relacionado com a educação básica?

Seguindo por esse percurso, foi selecionado como objetivo geral do estudo, analisar como o ensino da PI no campo de direitos autorais está relacionado com a educação básica. Sobre os objetivos específicos são de: investigar quais são as pesquisas encontradas sobre a temática, discutir quais são as relações que o direito autoral possuem com a educação e analisar os materiais encontrados.

Diante disso, surgem a necessidade de criação de meios que visem colaborar com ampliação e propagação da PI, nos meios educacionais, que vai desde educação básica até os cursos de pós-graduação no âmbito do lato sensu e stricto sensu. Oportunizando para as pessoas, o acesso aos conhecimentos, aprendizagens, cultura, cuja intencionalidade é o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas com a PI (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

A PI, se divide entre três campos iniciais como: Propriedade Industrial, Proteção Sui Generis e Direitos Autorais. Assim, esse artigo tem como propósito aprofundar sobre os direitos autorais no contexto educacional (DUARTE; PEREIRA, 2009).

Dentro dos direitos autorais, abre-se mais três ramificações que são: direito do autor, direitos conexos e programa de computadores. O direito autoral possui o respaldo legal que é a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Fazendo um estado da arte sobre essas temáticas, se nota que já existem diversas investigações sobre a temática de direito autoral. Nesse sentido, é fundamental mostrar o estado da arte a respeito da temática. Com ampliação da internet e os recursos digitais, é inegável que os conteúdos e as informações ganharam mais visibilidades nas redes sociais, assim, as notícias ganharam maiores proporções por meio das curtidas, compartimentos e comentários.

A Propriedade Intelectual surge em alguns espaços educativos, devido ao projeto criado do Governo Federal chamado de “PI nas Escolas” esse projeto é desenvolvido com o apoio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que tem como intuito oportunizar a ampliação da PI nos estabelecimentos de ensino público e privado.

O projeto PI nas escolas se empenha em realizar a propagação dos conhecimentos científicos de Propriedade Intelectual por meios dos recursos educativos e pedagógicos, incentivando a criatividade, cidadania, tecnologia, planeta e Negócios, assim, toda produção feita por professores e alunos podem participar do projeto. É importante frisar que existe incentivo as essas produções, onde as pessoas que participam podem concorrer as premiações, cujo intuito é valorizar a criação, experiências, responsabilidades e inovações.

O projeto pode se desenvolvido e aplicado em diversas disciplinas em conjuntos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando e respeitando as competências e habilidades dos alunos, isto significa que o ensino da PI nos espaços educativos é interdisciplinar, pois, dialoga com as matérias ensinadas nas escolas, ademais visa fomentar a criação e inovação. Nesse sentido, a PI pode se trabalhada desde educação infantil até o ensino médio devido ela possuir ações que percorrem os espaços pedagógicos na educação básica.

A PI no espaço educativo, pode ser trabalhada por meio de versos, mangás, material audiovisual, jogos educativos, músicas, materiais didáticos entre outros. Todas essas possibilidades citadas acima estão relacionadas com o direito autoral. No direito autoral pode se proteger toda obra intelectual vinda pela criação humana, assim no Brasil existe a lei n. 9.610/1998, que aborda sobre os direitos autorais e suas demais providências. Fazendo um recorte para o contexto educativo, sabe-se que o acesso à educação e permanência no ensino tem ser ampliado gradativamente, principalmente com a colaboração dos recursos digitais.

Nesse sentido, é comum alguns professores utilizarem artefatos midiáticos durante a ação educativa em busca de desenhos, músicas, filmes e produção de artes. Devido ao acesso facilitado dos recursos de inovações e tecnologias, é inegável que a população ampliou os conhecimento e criatividade.

No decorrer das aulas os professores fazem usos de recursos digitais, livros, jogos educativos, músicas, sons, desenho e pintura de desenhos, criações de artes, texto e entre outros. Fazendo uma análise e reflexão, notam-se que esses conteúdos estão diretamente interligados com o o direito autoral, pois, os alunos realizam a criação de obras intelectuais durante os processos de ensino e aprendizagem.

Sendo essencial que essas temáticas do ensino de direito autoral sejam trabalhadas na educação básica, pois, é durante esse período que os alunos produzem diversas criações que podem ganhar reconhecimento nos espaços educativos e na sociedade.

Diante disso, é essencial que os alunos tenham apropriação do conhecimento científicos de direito autoral, pois, percebem-se que eles já realizam atividades que envolvem direitos autorais, ou sejam, dentro dos espaços escolares existem práticas informais sobre essa temática, faltando o conhecimento científico. Todos os materiais produzidos em sala são passíveis de proteção, ademais, da proteção, a produção das obras intelectuais oportunizam reconhecimento de créditos ao autor da obra, incentivando a produção e criação das produções em espaços educativos.

Nesse sentido, é fundamental que se tenha a propagação do ensino de direitos autorais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois, são temáticas que possuem poucos espaços nas escolas e algumas vezes esse fato ocorre devido ausência de conhecimento a respeito desse tema.

## **II. Material e Métodos**

Essa investigação é de revisão bibliográfica com abordagem quantitativa, tendo como característica de estudo descritivo. Segundo Gil (2017), o estudo de revisão bibliográfica tem como propósito ajudar o investigador em uma busca preliminar sobre seu tema, partindo para uma busca avançada com palavras-chave específicas.

A pesquisa foi realizada em três plataformas digitais, sendo a primeira Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e o site do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). Assim, essa pesquisa foi realizada nas plataformas entre os dias 05/12/2022 a 19/12/2022, como base de critérios de inclusão e exclusão de estudo foi utilizado as seguintes palavras-chave: ensino, direito autoral e educação.

A respeito sobre os anos dessas investigações optou-se por selecionar estudos entre os anos de 2018 a 2022. Cabe salientar, que a intenção era de trabalhar no máximo com nove pesquisas que se encaixassem na temática de cada plataforma. A respeito da análise de dados optou-se por usar os métodos de leitura e fichamento dos principais pontos encontrados nas investigações. Nesse sentido (Gil, 2017, p. 51), cita que [...] “o fichamento serve a diferentes finalidades, podem ser identificadas diversas modalidades de fichas, tais como: fichas bibliográficas, fichas de resumo, fichas de resenha, fichas de sumário, fichas de citação etc.”

Como parte dos resultados e discussão, se decidiu organizar por meio de três categorias: a primeira foi separação de quantidades de investigações encontradas em cada plataforma, mostrando nomes dos autores, título do estudo e plataforma onde foi encontrada inicialmente.

A segunda separação ocorreu por meio da separação de metodologias de cada pesquisa, sendo a proposta inicial dessa etapa de analisar quais foram os métodos e que cada investigador utilizou para atingir sua proposta de pesquisa. Finalmente, a terceira etapa se refere em realizar análise e interpretações dos materiais coletados, assim discutindo e refletindo sobre o direito autoral atrelado com o campo educacional.

Com a coleta de dados realizada preferiu-se mostrar os resultados por tabelas e quadros. Segundo com Marconi e Lakatos (2003), diz que utilização desses recursos por representações são fundamentais, pois, assim se nota o processo de leitura feito por leitores, pesquisadores e entre outros de fácil compreensão. A fundamentação teórica, foi usada como fontes a Coleção PROFNIT, da Série Conceitos e Aplicações de (PI), volume 01, o manual de direitos autorais do Tribunal de Contas da União, o livro Direito Autoral: perguntas e respostas organizadas por: Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia Duarte e Edmeire Cristina Pereira e entre outros estudos científicos.

## **III. Resultado**

Com essa investigação observou-se que já existem produções científicas relacionadas ao direito autoral no contexto educacional, nas três plataformas digitais Google Acadêmico, BDTD e no PROFNIT. A busca realizada no Google Acadêmico de forma preliminar mostrou o resultado de aproximadamente 13.100 de investigações em cima das palavras-chave selecionadas.

Devido aos aglomerados de materiais, efetivou-se no primeiro momento a leitura dos títulos dos estudos, no segundo momento dos resumo e quando se fazia necessário da introdução e a metodologia quando se fosse necessário, o resultado dessa investigação, resultou em oito artigos científicos.

É importante ressaltar, que análise realizada tinha como intenção a seleção de investigações que estivesse dentro os requisitos estabelecido para esse artigo. Assim, tinha como intenção selecionar as dez primeiras pesquisas em cada plataforma que correspondesse com as propostas dessa pesquisa.

Sobre o resultado preliminar obtido na BDTD, inicialmente foram de vinte investigações. Assim, como no Google Acadêmico, os mesmos critérios de seleção foram adotados nessa plataforma, ficando somente duas pesquisas que se encaixavam nos critérios estabelecidos.

O resultado obtido parcialmente no site do PROFNIT, mostrou o resultado de oito investigações relacionadas ao direito autoral, foram adotados os mesmos critérios de inclusão e exclusão em todas as três plataformas, o resultado encontrado foi de três estudos. Nesse sentido, para melhor compreensão a respeito dos materiais encontrados abaixo segue o quadro:

**Quadro 1- Panorama dos materiais.**

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Plataforma</b>
Mariana Valente, Victor Pavarin e Maria Luciano.	Direito Autoral e Educação compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional Julho de 2019*	Google Acadêmico.
Juliane Turek, Flávia Beppu e Cristiano Maciel.	De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19.	Google Acadêmico.
Hebert Freitas dos Santos e Iseli Lourenço Nantes-Cardoso.	Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula.	Google Acadêmico.
Francis Campos Bordas.	Retomada das atividades docentes de forma remota e emergencial na Pandemia: direito de imagem, direitos autorais, deveres e obrigações.	Google Acadêmico.
Luana Przybylovicz e Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado.	Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores.	Google Acadêmico.
Isabel Cristina dos Santos Sales e Helano Diogenes Pinheiro.	Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática.	Google Acadêmico.
Marina Veloso Mourão e Frederico de Andrade Gabrich.	Análise dos direitos autorais no ensino à distância.	Google Acadêmico.
Lúcia de Fátima de Souza Resplandes e Luiz Antonio Mendonça Alves da Costa.	Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins Educacionais.	Google Acadêmico.
Dirceu Manoel de Almeida Júnior.	Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autorial discente, aos professores.	BDTD.
Manuela Eugênio Maia.	Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual.	BDTD.
Carolina Raquel Leite Diniz Panzolini.	Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências.	PROFNIT.
Lahiri Lourenço Argollo.	Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos	PROFNIT.
Jéssica Pinto Lima.	Proposta Legislativa na Lei de Direitos Autorais – LDA: Limitações e exceções	PROFNIT.

	com o advento das novas tecnologias	
--	-------------------------------------	--

**Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.**

Com esses dados mostrados acima, pode se notar duas questões, sendo a primeira, a existência de investigações relacionado com direito autoral no contexto educacional, a segunda é que a plataforma onde mais se encontrou investigações sobre esse tema, foi no Google Acadêmico, seguindo pela BDTD e no por fim o PROFNIT.

Partindo para outro campo dos resultados encontrados, foi observado a respeito das metodologias das pesquisas que os autores utilizaram para atingir seus objetivos propostos. Observou-se que grande parte das pesquisas são de revisão de bibliográfica, seguindo por estudos documentais, método dedutivo e por fim exploratório. Assim, para melhor compreensão a respeito dos dados citados acima, observa-se o quadro dois abaixo.

**Quadro 2- dados dos estudos separadas por métodos**

Revisão de bibliográfica	Documental	Método dedutivo	Exploratório.
Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins educacionais.	Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual.	Análise dos direitos autorais no ensino à distância.	Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores.
Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática.	Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos.	Proposta legislativa na lei de direitos autorais – LDA: limitações e exceções com o advento das novas tecnologias.	Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências.
Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula.			
De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19.			
Direito Autoral e Educação compreendendo a aplicação da lei para Práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional Julho de 2019*			
Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autorial discente, aos professores.			

**Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.**

Com base nos resultados mostrados no quadro acima, tornam-se possível analisar que existem seis investigações com método de revisão bibliográfica e as demais metodologias ficaram com o quantitativo de duas pesquisas por cada método escolhido pelos investigadores.

Para melhor compreensão sobre cada método, tornam-se necessário fazer uma análise sobre que se trata cada uma dessas metodologias encontradas nesses estudos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), diz que o processo de escolha sobre as metodologias que o investigador vai utilizar é essencial, pois, por meio dela é possível ter uma análise parcial sobre os resultados obtidos.

#### **IV. Discussão**

É possível fazer alguns questionamentos sobre o Google Acadêmico, pois ele possui mais pesquisas do que as demais plataformas. A primeira resposta possível pode estar relacionada com o fato do Google Acadêmico funcionar como base de busca que faz a pesquisa em todos os sites, livros, revistas e entre outros, assim possuindo um número maior de trabalhos se comparado com as duas demais bases de busca utilizadas.

A BDTD e PROFNIT, são plataformas digitais específicas que fazem a publicações de dissertações e teses, tendo poucas investigações sobre essas temáticas, isso pode ocorrer por duas situações que são: o primeiro motivo pode estar associado devido o fato dessas plataformas trabalhar com dissertações e teses, isto significa, que esses estudos são mais aprofundadas em vista de uma investigação feita para na faculdade a fim de obter um diploma de nível superior.

No processo de conclusão do mestrado dura em média dois anos, enquanto de doutorado quatro anos, ou seja, quando é inserido nessas bases de buscas, a seleção de anos específicos, como nessa pesquisa que era de 2019 a 2022, é possível deixar de fora algumas produções que não estejam nesses anos selecionados.

Outra situação, pode estar relacionada com o tema escolhido para pesquisa, devido a ausência de conhecimentos sobre a PI entre as pessoas, tornam-se comum que elas desenvolvam suas atividades do cotidiano sem apropriação do conhecimento científico. Assim, não gerando a ampliação, divulgação dos conteúdos e aprendizagens da PI no campo de direito autoral em seu ambiente na qual está inserido.

Para melhor compreensão sobre cada método, é necessário fazer uma análise sobre do que se trata cada uma dessas metodologias encontradas nesses estudos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), fala que o processo de escolha sobre as metodologias que o investigador vai utilizar é essencial, pois, por meio dela, é possível ter uma análise parcial sobre os resultados obtidos, objetivando reflexão se eles são métodos adequados aos objetivos do estudo.

O método de revisão bibliográfica são investigações realizada em materiais já publicados em meios eletrônicos ou impresso tais como: revistas, anais de eventos científicos, dissertações, teses, livros, jornais, sites oficiais e entre outros (PEREIRA, 2018).

Nesse sentido, Gil (2017, p. 33), cita que:

[...] pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem tem, no entanto, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Pode ocorrer que os dados disponibilizados em fontes escritas tenham sido coletados ou processados de forma inadequada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros. Para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente.

Conforme o autor acima, mostra que a pesquisa bibliografica tem suas especificidade, pois, possibilita o acesso a diversas investigações a respeito de um determinado tema, assim cabe ao investigador buscar nessas pesquisas a resposta para o seu problema de pesquisa.

A respeito do método documental refere-se a uma investigação restrita com fontes que sejam documentos, podendo ser primários, que são obras compilada pelo autor e secundários, que se trata de materiais transcritos por outros autores que vem da fonte primaria, isso na categoria escrito. Quando se trata do não escrito, igualmente podem ser primários, pois, são feitas pelo autor ou secundários que se trata de estudos realizados por autores diferentes (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Sobre o método dedutivo é aquele que tem como caraterista o raciocínio logico, assim como meios e técnicas busca utilizar uma visão ou ideia generalista, para onde chegar em uma conclusão possível. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003), cita que “[...] o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas [...]”.

Ou seja, o autor diz que esse método busca fazer uma argumentação de um determinado fenômeno que seja integrante de uma parte maior, partindo para uma parte menor interligada com esse universo de raciocínio, nesse sentido o método dedutivo estar trabalhando com conclusões.

Nesse caminho de metodologias chega-se na última metodologia abordada, o exploratório, esse método é aquele que o investigador precisa criar uma familiarização com objeto de estudo. Dessa forma, Gil (2017, p. 3), cita que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Entende-se que o método faz a proximidade entre o pesquisador e objeto investigado, para que seja possível obter uma resposta correta sobre o fenômeno pesquisado (GIL, 2017). Finalizando essa parte do percurso dos caminhos metodológicos, entram-se na última categoria dessa investigação, que é sobre o resultado e discussão sendo a análise das pesquisas encontradas sobre a temática direito autoral no contexto da educação.

Com base nos dados mostrados foi possível observar que já existem pesquisas que relaciona o direito autoral com o processo educacional.

Como já mencionado o direito autoral está presente na educação básica em vários aspectos como: produção de texto, criação de paródia, desenvolvimento de projetos, concursos de desenhos, peças de teatros e entre outras ações que a escola desenvolve durante o período letivo. Cabe salientar que em diversas dessas ações pedagógicas os docentes e os alunos não tem o conhecimento que sua produção é uma criação intelectual, sendo assim passível de proteção no mercado econômico (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Atualmente, com os avanços das tecnológicas e inovações na sociedade, é indispensável que as pessoas tenham o acesso ao conhecimento da PI no campo do direito autoral no período da educação básica, pois, foi observado nos materiais que esse campo já está sendo desenvolvido no ambiente escolar, entretanto de maneira informal, devido os conteúdos da PI, não se está presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

É durante a educação básica que o aluno tem um contato maior com situações que vise possibilitar o acesso aos conhecimentos tecnológicos de cidadania, negócios, sustentabilidade, oportunizando criatividade e invenção do educando. Assim é nesse período que o aluno tem maiores possibilidades de está criando obras como: audiovisuais, literárias, artísticas, músicas, projetos de arquitetura ou plantas e Programas de computadores, sendo fundamental que a PI, esteja dentro das escolas, de forma que as pessoas tenham conhecimento científico sobre ela (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Assim, toda essa criação feita pelo aluno precisa se protegida, entrando no campo de direitos autoras. Nesse sentido, Ghesti, Areas e Panzolini (2018, p. 22) cita que:

Direito do Autor está fundamentada em vários aspectos. Além do aspecto do justo reconhecimento da paternidade desse direito ao criador da obra e, por conseguinte, de todos os direitos à utilização, reprodução e circulação do objeto do seu trabalho intelectual; o direito do autor pode ser um importante elemento para o fomento da cultura, na medida em que pode estimular a produção cultural, independentemente do aspecto econômico envolvido, dependendo do equilíbrio possibilitado entre as garantias legais legitimadas aos autores e titulares e a importância do acesso público à informação [...].

O direito autoral oferece o reconhecimento e a proteção de toda obra intelectual, assim o criador da inovação tem seus direitos legais protegidos com respaldos legislativos. Outra questão essencial é a atuação do direito autoral como um elemento positivo para a cultura na sociedade, pois, ele atua na parte proteção desenvolvida pelo criador, valorizando o processo de criação e inovação.

Diante disso, o direito autoral tem suas dimensões que se desdobram dentro da moral, devido se tratar sobre o reconhecimento da especificidade da obra do autor e do patrimônio, pois, gera recursos econômicos, sendo uma vantagem de lucro para o criador. A proteção das produções intelectuais são fundamentais, pois, por meio dela é possível o autor ter a exclusividade sobre sua criação, fazendo a valorização da criação humana em todos os aspectos na sociedade. Nesse sentido, a produção e comercialização da obra só pode ser feita mediante autorização do autor.

Com essa pesquisa foi possível notar que o direito autoral é uma ferramenta essencial para o campo educacional, devido às atividades desse ambiente envolver o incentivo a produção e criação.

A exemplo disso, se observa a a disciplina de arte que está presente na BNCC, o direito autoral pode está dialogando com a disciplina de arte, pois, a BNCC cita que entre suas dimensões ela desenvolve atividades que envolve a criação artística entre os alunos, onde eles consigam criar, construir e reproduzir obras de artes, na qual esteja interligada com aspecto cultural no processo educativo da respectiva matéria.

Nesse sentido, a respeito da competência do ensino da arte, a BNCC (2017, p. 200), cita que “Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística”. De acordo com essa citação se observa que na disciplina de arte os alunos desenvolvem muitas atividades que envolve o incentivo a produção de obras intelectuais como já mostrado ao longo desse artigo, os alunos desenvolvem atividades no ambiente escolar que possuem pontos em comuns com o direito autoral. Nesse sentido, o ensino do direito autoral está presente na escola, de maneira informal, pois, os alunos não possuem o conhecimento científico desse assunto.

## **V. Conclusão**

Esse artigo tinha como proposta de investigar quais são as relações que o ensino do direito autoral tem com a educação, antes de iniciar essas pesquisas já existiam hipóteses formulada a respeito desse tema como: ausências do ensino da Pi no campo de direito autoral nas escolas, falta de disciplinas presente na grade curricular que desenvolva atividades relacionada com a produção intelectual e falta de conhecimento científico do direito autoral na educação básica.

Nesse sentido, foi formulado um problema de pesquisa que buscasse investigar abranger essa problemática, podendo-se afirmar que o problema central desse estudo foi atingido, pois, ao longo dessa pesquisa foi realizado investigações nas plataformas Google Acadêmico, BDTD e PROFNIT, em busca de materiais que trabalhasse com essa temática.

Com o resultado desses dados, foi realizado posteriormente duas investigações, a primeira a respeito das metodologias utilizada pelos autores para atingir seu objetivo de investigação e análise dos materiais coletado com a fundamentação teórica de autores que relacionei o campo do direito autoral a educação.

Essa pesquisa é fundamental, pois, através dela foi possível ter uma análise sobre as investigações existentes sobre essa temática e mostrando que o campo do direito autoral é desenvolvido no ambiente educacional, tornando fundamental que esse conteúdo seja desenvolvido nas escolas.

Espera-se com essa pesquisa deixar contribuições para a ciência, sociedade, comunidade e investigadores, sobre a relevância do ensino do direito autoral nas escolas, para que seja possível ter o processo de pensar e refletir como a PI no campo do direito autoral pode está presente no ambiente escolar, para que esse conhecimento não esteja apenas como projetos em algumas unidades escolares, mas que possa constar na grade curricular dos alunos.

## Referências

- [1]. AFONSO, Otávio. Direito Autoral, conceitos essenciais. Instituto Pensarte, 2009.
- [2]. ALMEIDA JÚNIOR, Dirceu Manoel de. Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autoral discente, aos professores. 2020. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_dabd73b9688f5b2f73b22ff46aba1e9a](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_dabd73b9688f5b2f73b22ff46aba1e9a). Acesso em: 9 dez. 2022.
- [3]. ARGOLLO, Lahiri Lourenço. Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos nas universidades estaduais da Bahia. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [4]. BRASIL. Lei de Direitos Autorais: Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm). Acesso em: 20 dez. 2022.
- [5]. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- [6]. DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia; PEREIRA, Edmeire Cristina. Direito Autoral: perguntas e respostas. Curitiba:UFPR, 2009.
- [7]. GABRICH, Frederico Andrade; MOURÃO, Marina Veloso. Análise dos direitos autorais no ensino à distância. Revista de direito, inovação, propriedade intelectual e concorrência. v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/5771>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [8]. GHESTI, Grace Ferreira; AREAS, Patrícia de Oliveira, PANZOLINI, Carolina Diniz. Coleção PROFNIT Série, conceitos e aplicações de propriedade intelectual, Vol. I. organizadora Wagner Piler Carvalho dos Santos. – Salvador (BA) : IFBA, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/livros-profnit/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- [9]. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- [10]. LIMA, Jéssica Pinto. Proposta Legislativa na Lei de Direitos Autorais – LDA: Limitações e exceções com o advento das novas tecnologias. Defesa para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [11]. MAIA, Manuela Eugênio. Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA-2\\_18ee12accb866bfff34c2aae3b5abcf6](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA-2_18ee12accb866bfff34c2aae3b5abcf6). Acesso em: 9 dez. 2022.
- [12]. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- [13]. PANZOLINI, Carolina Raquel Leite Diniz. Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências. Defesa para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [14]. PEREIRA, Adriana Soares. Metodologia da pesquisa científica. Ed. 1. e-book. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://ccsa.ufsm.br/portal/?p=12166>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- [15]. PRZYBYLOVICZ, Luana; Machado, Mércia Freire Rocha Cordeiro. Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. v. 18, n. 50 (2022). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/issue/view/663>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [16]. RESPLANDES, Lúcia de Fátima de Souza; COSTA, Luiz Antonio Mendonça Alves da. Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins educacionais. Revista Cadernos De Prospecção, v. 15, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/47764>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [17]. SALES, Isabel Cristina dos Santos; PINHEIRO, Helano Diogenes. Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. v. 18, n. 50 (2022). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14228>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [18]. SANTOS, Hebert Freitas dos; CARDOSO, Iseli Lourenço Nantes. Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula. Revista Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.2, p.12454-12474feb. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24196>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [19]. TUREK, Juliane; BEPPU, Flávia; MACIEL, Cristiano. De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19. Revista Revelli, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da educação: concepções, possibilidades e desafio. Disponível em: file:///C:/Users/lumin/Downloads/11858-Texto%20do%20artigo-47146-1-10-20211223%20(2).pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.
- [20]. VALENTE, Mariana; PAVARIN, Victor; LUCIANO, Maria. Direito Autoral e Educação, compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional julho de 2019\*. Revista, Internetlab Pesquisa em direito e tecnologia, non de 2019. Disponível em:
- [21]. [http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/11/2019.07\\_ArtigoDireitoAutoralEducacao.pdf](http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/11/2019.07_ArtigoDireitoAutoralEducacao.pdf). Acesso em: 10 dez. 2022.